Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUINGENTÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, por videoconferência, em atendimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, realizou-se a Quingentésima Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a participação da *Presidente do CSDF,* ***Jeovânia Rodrigues Silva****, da Secretária Executiva do CSDF,* ***Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante****, dos conselheiros* ***segmento gestor:*** *Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, Marcos Paulo Freire Malgueiro Lopes, Arilene de Souza Luís, Elza Ferreira Noronha, Carlos Wilson de Andrade Filho; dos conselheiros* ***segmento trabalhador:*** *Tiago Sousa Neiva, Solange Pereira de Souza, Márcio da Mata Souza, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Humberto de Oliveira Lopes, Rozangela Fernandes Camapum, Helvécio Ferreira da Silva, Isaires Florenço de Souza, Josiane Alves Jacob, Karine Rodrigues Afonseca; dos conselheiros* ***segmento usuário:*** *Paulo Martins Vieira, Raimundo Ferreira da Silva, Luís Carlos Macedo Fonseca, Domingos de Brito Filho, Sarah Maria Coelho de Souza, Jaira Leite Ramos, Maris Herislani Inocêncio Lima, Naythielle Letícia Guerra de Souza, João Manoel Santos Alcântara, Raimundo Nonato Lima, Darly Dalva Silva Máximo, Teresinha de Jesus Pantoja Henrique, Lourdes Cabral Piantino. Participaram como convidados: Douglas – DICOS e Simone Barcellos – SUPLANS.* Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h09. Foi aferido quórum necessário para deliberação. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros –** Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 502ª RE recebidas no CSDF: Conselheiros(as) Melina Romanini, Marcos Moura, Paulo Martins, Rosalina Sudo, Vera Lúcia e Míriam Marques. **Ordem do dia - Item 1 – Apresentação e aprovação da Pauta da 502ª Reunião Extraordinária do CSDF -** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, apresentou a Pauta da 502ª RE ao Pleno e submeteu a votação em seguida. Foi aprovada por unanimidade. **Item 2 – Apresentação da Programação Anual de Saúde – PAS/2023.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: SUPLANS/SES-DF. Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, agradeceu a oportunidade da apresentação e passou a palavra à Simone Barcellos para efetuar a apresentação. Convidada **Simone Barcellos**, SUPLANS, efetuou a apresentação da PAS 2023, que compilou todas as ações estratégicas pautadas para o alcance das metas vinculadas ao PDS 2023. Colocou-se à disposição para dúvidas dos conselheiros. Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, parabenizou a Simone pela exposição. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, ressaltou a participação do Controle Social na PAS 2023, parabenizando a área técnica da SES e o Controle Social. Conselheira **Rozangela** efetuou comentários. Disse que na PAS 2022 foi feita uma série de solicitações à SES, pela Resolução e pelo GT, e percebeu que quase todas foram acatadas. Destacou pontos positivos referentes principalmente ao orçamento da Atenção Primária. Destacou o fortalecimento do CSDF. Disse que 80% das sugestões apresentadas pelo CSDF foram acatadas, e as que não foram acatadas o GT novamente irá deliberar. Conselheira **Lourdes Piantino** destacou a necessidade de um olhar mais apurado para a questão da saúde ocular. Conselheiro **Helvécio** efetuou considerações. Disse que hoje se tem uma realidade epidemiológica e sanitária completamente diferente de 2020/2021 e há a necessidade de atualização dos processos de trabalho no que tange a assistência à saúde pública da população SUS. Considerou que o GT terá um árduo trabalho no que se refere a divisar e atualizar o que se refere à infraestrutura de serviço, as diretrizes de recursos humanos e a estruturação das Resoluções 446, 465, 430 e 474. Citou a necessidade de pactuação com a Secretária de Saúde uma decisão de gestão no que se refere ao tele trabalho na administração central e a questão referente à GTIT. Disse que se terá que agir referente ao modelo de atenção, de assistência e de gestão novamente, retroagindo a 2011 com interstício até 2015 e observando-se o nexo causal no PDS que se encerra, o anterior e o que se avizinha. Disse que se tem um trabalho enorme no que tange aos determinantes sociais, os indicadores de mortalidade e,

fundamentalmente, a infraestrutura de serviços e as diretrizes de recursos humanos com a sua atualização em face da tecnologia hoje ofertada. Conselheiro **Luís Carlos** efetuou comentários em referência ao Eixo 1. Destacou a necessidade de recursos humanos para o alcance dos objetivos apresentados. Conselheiro **Tiago Neiva** parabenizou a equipe da SUPLANS. Efetuou em seguida ponderações acerca da apresentação e críticas construtivas. Disse que sentiu a falta de metas que refletissem indicadores de processos na construção de fluxos para ampliação do acesso, fortalecimento do papel da Atenção Primária no diagnóstico e prevenção do câncer, ações de prevenção, promoção e aumento de oferta de testes e diagnósticos, incremento de grupos técnicos de segurança do paciente na Atenção Primária. Sentiu a falta de metas intermediárias também. Conselheiro **Domingos de Brito** trouxe tópicos para reflexão. Manifestou preocupação com o papel do CSDF como fiscalizador, pois tem-se observado nos últimos RAGs, inclusive com a reprovação de um deles, anotações feitas, inclusive pedidos para que fizessem parte da Programação Anual, para correção de alguns tópicos e, até hoje, esses tópicos não foram corrigidos. Disse ficar preocupado pois em uma das partes que cabe ao CSDF, que é a parte de fiscalização, em função de que metas estão colocadas e, na hora de serem cobradas e também na execução, não se vê o brilho que traz essa PAS, pois várias causas de descumprimento são apontadas e não se observa qual é o papel, qual a cobrança que se tem por cada gestão pelo não cumprimento das metas. Conselheira **Karine** considerou positivo o atendimento de demandas do Controle Social. Efetuou críticas pontuais. Disse que sentiu falta de um programa de fortalecimento da questão do acesso às mulheres aos direitos sexuais reprodutivos, em especial contracepção de longa permanência, e em especial acesso ao DIU. Citou a importância do acolhimento feito pelo enfermeiro ser expandido para todas as unidades. Ressaltou a importância de que os mais de oitocentos enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família recém nomeados sejam lotados corretamente. Disse que sentiu falta do Hospital de Sobradinho estar contemplado nas ações estratégicas no que diz respeito às reformas e melhoramentos. Destacou a importância da sustentabilidade em saúde monitorar o fluxo dos resíduos produzidos. Conselheiro **Raimundo Nonato** opinou que faltou a questão da saúde das pessoas vivendo com HIV/AIDS e os Centros de Atenção e Atendimento, informando que existem poucos lugares hoje para dispensação de medicamentos. Citou a importância do Consultório de Rua. Disse, em referência aos profissionais do sexo, que muitas vezes estes não chegam ao serviço e o serviço tem que ir até eles. Conselheiro **Márcio da Mata** efetuou comentários acerca da PAS 2023. Observou que os processos de saúde precisam estar mais claros dentro do Planejamento Anual de Saúde. Enfatizou a necessidade de investimento na APS e que esta volte a ter a ênfase que sempre teve. Sublinhou a importância do investimento no profissional de saúde do SAMU. Conselheira **Josiane** teceu comentários. Enfatizou a importância da APS. Informou que realizará uma assembleia geral com os profissionais da APS no dia 04 de março com pauta de construção de documentos referentes a APS para apresentar no Conselho, na CLDF, no Ministério Público. Disse que a promoção da saúde deve ser incrementada. Destacou a importância de se colocar em evidência a fiscalização. Citou problemas de infraestrutura nas UBS e hospitais, citando a reforma do CNE do Hospital Regional da Ceilândia e a questão estrutural do Hospital Regional do Gama. Conselheiro **Jefferson** teceu comentários e críticas. Defendeu a priorização da saúde na questão dos investimentos governamentais. Defendeu que o Conselho tenha acesso às visitas e a fiscalização de como os recursos estão sendo aplicados no IGESDF. Defendeu o fortalecimento e promoção da atenção básica. Defendeu a valorização do servidor. Pediu vistas a PAS 2023. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu ao Pleno que a PAS 2023 foi distribuída na Reunião Ordinária do mês de fevereiro e, independente do pedido de vistas, isso não inviabiliza em absoluto a apresentação que será efetuada pelo próprio Grupo de Trabalho. Conselheiro **Helvécio**, como questão de ordem, deixou claro que, enquanto segmento dos trabalhadores, colocava-se à disposição do Conselheiro Jefferson Bulhosa para tratar das questões estruturais da PAS. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu que, em relação à questão de ordem solicitada pelo Conselheiro Helvécio, o pedido de vistas é individual de cada Conselheiro, não existe a soma de dois conselheiros pedindo vistas, então o seu direito é legítimo, tem o direito a pedir vistas e apresentar o parecer assim como o Conselheiro Jefferson irá fazer e apresentá-lo na reunião de março. Disse que serão então três pareceres, o do GT, o do Conselheiro Jefferson e o do Conselheiro Helvécio. Lembrou ao Pleno que a presente reunião não é deliberativa, é uma reunião expositiva e de esclarecimentos aos conselheiros, para que seja efetivamente deliberado em relação a PAS 2023 na Reunião Ordinária de março. Conselheiro **Jefferson** esclareceu seu pedido de vistas. Disse que gostaria de apresentar as suas sugestões ao Grupo de Trabalho, não sendo necessário a apresentação de um parecer em reunião. Conselheiro **João Manoel** solicitou que fosse observado o tempo de fala. Parabenizou o grupo que fez o PAS. Questionou de qual forma o CSDF poderia

realizar a fiscalização de uma forma mais sistemática e efetiva. Colocou-se à disposição para participar e auxiliar a Comissão da PAS. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu questionamento do Conselheiro. Disse que são dezesseis comissões temáticas e as visitas são conforme o tema. Citou a Comissão de Atenção Primária, Secundária, Rede de Urgência e Emergência, e cada comissão tem coordenador, coordenador adjunto. Disse que, referente a ação de fiscalização, é dada a prerrogativa de realizá-la às comissões para que tragam para submissão ao Pleno. Respondeu, em relação à devolutiva dos gestores, que ela será dada assim que as inscrições se encerrarem e a palavra retomada aos expositores para que deem o *feedback* aos questionamentos dos conselheiros. Conselheira **Teresinha Pantoja** efetuou colocações e sugestões. Disse que é necessário avaliar como a população recebe o planejamento apresentado. Observou que o Conselho deveria pautar reuniões avaliativas resultantes da fiscalização que foi cobrada. Conselheira **Solange** teceu comentários. Sugeriu que se tenha um olhar para como era antes e como é hoje o Saúde da Família, pois ele está sucateado. Manifestou preocupação com as condições de trabalho, a estrutura e a questão do adoecimento do servidor. Disse que na sua unidade há falta de computadores para o trabalho. Solicitou à Secretária de Saúde atenção especial à estrutura física e aos computadores. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, citou a fala da Conselheira Rozangela em razão dos dois pedidos de vistas solicitados. Disse que o GT está vigente e independente dos pedidos de vistas o GT iria apresentar o resultado do trabalho na próxima reunião ordinária e, em cumprimento ao Regimento, os pedidos de vista ora solicitados também serão apresentados na mesma data. Conselheiro **Luís Carlos** esclareceu o papel do enfermeiro na rede, que é o seu fortalecimento. Convidada **Simone Barcellos** efetuou as devolutivas dos questionamentos e colocações dos conselheiros. Disse, em referência às pontuações que foram feitas, que grande parte delas elas será aportada às áreas técnicas para acolhimento e resposta quanto à adesão, contribuição ou nos seus processos internos. Disse que não necessariamente o fato de não estarem reportadas na Programação de Saúde não significa que aquela área técnica não tem essas ações reportadas nos seus planos internos, nos seus processos internos de trabalho. Disse que as áreas vão responder com muito mais propriedade do que a sua resposta nesse momento. Efetuou um recorte em relação a fala da Rozangela em relação alguns pontos que foram contemplados. Disse que foi feito um grande esforço de ancorar essa construção no aporte do que vem das conferências, das plenárias e do olhar da sociedade. Disse que, como comentado por vários conselheiros, ficou claro e plausível essa questão dentro da construção do planejamento, mas entende que dificilmente se consegue contemplar a totalidade, porém está aberta para acolher os demais pontos que não foram abordados, na PAS ou nos processos internos das áreas como dito anteriormente. Disse, em relação a fala da Conselheira Rozangela em referência às ações preventivas de agravos da saúde do trabalhador e o plano de implementação das casas de parto, que ela falou que foi um ponto que foi aportado e que não veio sinalizado no Plano, que será acolhido e repassado para a área técnica para verificação se já há alguma sinalização em relação a elaboração desse plano. Colocou para a Conselheira Rozangela, como membro da Comissão, que apesar das respostas neste momento elas serão integradas no documento oficial que vai ser recebido e que, com certeza, virão outras contribuições e oficialmente será dado o retorno do acolhimento do direcionamento dessas contribuições enquanto equipes técnicas da Secretaria de Saúde. Agradeceu o lembrete e desejou que sejam reportados novamente para que se consiga esclarecer se essas ações estão acolhidas nos processos internos das áreas técnicas e, caso contrário, como se vai acolhê-las nos planos, seja internos ou aportar junto da Programação Anual de Saúde. Disse, em relação a fala da Conselheira Lurdinha referente à política de saúde ocular, que ela se encaixa muito no momento que se está, de construção do plano do próximo quadriênio, e opinou que o próximo plano leva a um olhar de pontos de melhoria, um olhar da construção anterior, e do que se pensa em melhoria da construção do próximo plano, do próximo quadriênio, então políticas não construídas de cenários atuais que se vê que são nós críticos devem ser aportados no próximo ano. Disse que isso não significa que ações internas para dentro da área técnica da SAIS não podem já ser encaminhadas para início dessa construção. Disse, em relação a falta de indicadores colocada pelo Conselheiro Tiago, indicadores de processo, que quando se constrói PDS realmente o plano de hospital de saúde é visto como um plano estratégico, então ao olhar

não só no DF mas em outros estados, se foca muito em indicadores de resultado de impacto maior para a sociedade, porém isso não significa que os indicadores de processo não existam também. Disse que se tem outras ferramentas como programas de acompanhamento, que são os acordos de gestão regional e os acordos de gestão de serviços que são ancorados um pouco mais esses indicadores de processos. Disse que, não obstante, não se possa acolher alguns indicadores de processo que possam ser considerados estratégicos na elaboração do próximo Plano Distrital de Saúde, que terá a participação do CSDF. Concordou com a fala do Conselheiro Helvécio, referente à questão de aportar e ter essa análise situacional em relação a infraestrutura, a questão de recursos humanos em infraestrutura, não só das estruturas físicas, mas de recursos humanos para essas equipes, a questão do tele trabalho que é um ponto que tem que ser discutido, rebatido, porque se tem alguns resultados extremamente positivos, em relação ao tele trabalho, a reestruturação de algumas portarias que precisam ser revisitadas, e os determinantes que ancoraram a construção dessa PAS. Disse que não pôde ancorar metas novas no último ano do PDS, e que não se justifica ancorar metas novas no último ano de PDS. Disse, porém, que se tem a grande oportunidade da construção do PDS do próximo quadriênio, de trazer melhorias e ancorar metas, objetivos e diretrizes que têm mais o foco no cenário que se vivencia hoje, e com olhar no cenário também de uma mudança em tudo que se encontrou atualmente dentro da saúde, não só no DF, mas em outros estados. Respondeu, em referência a fala do Conselheiro Luís Carlos, que sua fala destacou muito a questão do fortalecimento da atenção primária e, não só ele, mas a fala da grande parte dos conselheiros, e reforçou a importância do fortalecimento da atenção primária não só na sua estruturação, mas no seu papel de ordenadora do serviço, explicando que isso é um ponto de discussão e um desafio grande vislumbrado dentro das equipes técnicas da Secretaria de Saúde, de se ter a atenção primária realmente como ordenadora de serviço, de se ter as redes temáticas de atenção à saúde como transversais em relação à assistência de cuidado programada para os usuários da saúde do Distrito Federal. Respondeu ao Conselheiro Domingos, que colocou a questão do papel do Conselho de Saúde o papel de fiscalização que outros conselheiros também reportaram, e reforçou que essa é uma grande missão do Conselho, não só o papel de fiscalização, mas o de monitoramento, de apoio a essa avaliação não só do planejamento, mas daquilo que se consegue executar e aportar enquanto relatório de prestação de contas. Disse, respondendo a Conselheira Karina, que fez uma fala muito voltada e ancorada na questão da rede materna e infantil, na saúde da mulher e trouxe a questão de se ter um olhar mais focado nas contracepções de longa permanência e na questão da vigilância em saúde, da parte dos resíduos, explicando que tem já ações pautadas em relação a resíduos com os processos internos da vigilância em saúde, mas repetiu que quando receber o documento formal com as contribuições do Conselho vai ficar mais fácil de se ancorar o que já vem sendo, o que já está estabelecido e o que tem de planejamento dentro dos processos internos em relação às áreas técnicas dessa secretaria. Respondeu, em relação a fala do Conselheiro Raimundo Nonato, que colocou a questão da saúde com pessoa vivendo com HIV Aids, os Centros de Atenção a essas pessoas, os consultórios de rua, que esse ciclo do planejamento do próximo quadriênio, colocando o consultório de rua, a ampliação desse serviço para atendimento não só a essa população, mas a outra população de vulnerabilidade ao qual esses consultórios se destinam. Disse que por mais que não tenha sido vista a inclusão do que foi estabelecido da saúde para pessoa vivendo com HIV AIDS, do Centro de Atenção, foi discutido dentro da PAS e há ações estabelecidas nos processos internos da área. Disse que gostaria de colocar tudo dentro da Programação Anual de Saúde, mas não é possível pois senão se fica com um plano muito extenso e fica difícil monitoramento, o acompanhamento. Disse, porém, que se faz necessário que esses aportes sejam colocados porque se pode dar também a resposta em relação monitoramento daquilo que foi planejado enquanto ação interna de áreas, de pontos que são considerados estratégicos pelos conselheiros. Informou que iria levar o tema à área técnica, pois se tem pontos que foram colocados em relação à atenção a pessoa vivendo com HIV dentro da PAS, que são os comitês, que são ações um pouco um

pouco mais macro, por assim dizer, mas, especificamente, em relação ao que foi abordado, vai ser levado à área técnica e será respondido junto com relatório assim que se receber o que especificamente a área planejou para a atenção a isso que foi colocado. Respondeu ao Conselheiro Márcio da Mata, que colocou também a relevância da Atenção Primária, de se enfatizar a vocação da APS, que essa é uma busca e um grande desafio, que a Secretária já reportou em falas acerca dessa reorganização e reconstituição da Atenção Primária para vocação. Disse que alguns pontos foram aportados nessa programação e disse que esse é um ponto que vem sendo bastante discutido dentro do ciclo do planejamento, que foi aportado tanto nas reuniões que já foram feitas no âmbito regional e macrorregional e, com certeza, nas conferências do próximo mês de março, nas conferências regionais, os ASPLANs, os GPMAs, que fazem parte dos conselhos das regiões vão colocar esse resumo dessas discussões para ancorar junto com os conselheiros regionais e, posteriormente, junto as conferências distritais e que esses insumos vão consolidar o PDS. Citou outro ponto importante colocado na fala do Conselheiro Marcio, o olhar para a saúde mental dos servidores de saúde, não só para a população, destacando o quanto que se teve isso evidenciado junto dos indicadores, o aumento em relação à atenção ao usuário na saúde mental, a sobrecarga realmente que se teve no serviço não só na Atenção Primária, mas na média complexidade e na atenção hospitalar, mas internações em virtude da pandemia, mas também do servidor. Disse então que esse é um ponto que vem sendo tratado, de ampliação, tem uma política de qualidade do servidor e que tenha ancoragem na Medicina do Trabalho, e que são pontos que estão sendo vistos de melhoria desse acolhimento ao servidor da rede porque também se depende do acolhimento e da tratativa com esse servidor para que se tenha um melhor acolhimento e uma melhor assistência para o usuário também. Disse, em resposta a fala da Conselheira Josiane, que fez colocação em relação ao alcance das metas, porque por mais que se tenha metas importantes dentro do PDS, que não estão nem a contento da sociedade nem a contento da SES em relação ao alcance daquilo que foi estabelecido, mas são vários fatores contribuintes nesse tempo, não somente a pandemia, mas outra questão dos recursos orçamentários, muitas vezes aquilo que foi aportado como uma estratégia se teve um corte um contingenciamento, então não foi alcançado aquilo que foi estabelecido como meta. Frisou que a intenção de todos é que se consiga alcançar. Disse que se teve um pouco de cuidado na construção dessa programação anual de saúde, para realmente olhar orçamento, aquilo que havia sido estabelecido em relação à LOA. Comentou, em referência à fala do Conselheiro Jefferson, quando ele falou do papel da Câmara Legislativa em relação ao orçamento na Secretaria de Saúde, de se ter um olhar mais carinhoso enquanto resultado, assistência e acesso para o usuário com orçamento que se tem. Disse, em relação a questão do benefício a servidores que atuam em regiões administrativas mais afastadas e a dificuldade que se tem, enquanto Secretaria, de alocação e fixação desses servidores nesses locais, que o tema vem sendo e que foi discutido nas oficinas regionais e macrorregionais, porque se teve as regiões administrativas, compondo as regiões de saúde Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, e que são regiões que enfrentam uma dificuldade de fixação de profissionais e de servidores de seus serviços e foi colocada a ideia da constituição de um benefício, uma gratificação, que pudesse ser alocada justamente para tentativa de fixação desses profissionais nessas RAs de maior distância. Disse, em relação à fala do Conselheiro João Manoel, que teve um alinhamento com a fala da Conselheira Josiane, em relação à Atenção Primária, fiscalização, papel do Conselho de Saúde em relação à fiscalização e monitoramento, que se tem uma unidade dentro da Secretaria que trata do monitoramento e fiscalização dos contratos de serviço, e não só IGESDF, mas o Hospital da Criança e outros contratos que são feitos junto a Secretaria de Saúde. Disse entender que há realmente necessidade de melhoria e acolheu a observação dos Conselheiros do papel importante da fiscalização e do monitoramento junto do que foi estabelecido como meta, seja quantitativa ou qualitativa para esse serviço. Disse que esse ponto será colocado para essa unidade, visto que o tempo que eles têm, o que acha que já foi colocado formalmente ao Conselho de Saúde e também à Câmara Legislativa, para devolutiva do monitoramento é um tempo um pouco diferente da

devolutiva que é dada oficialmente nos relatórios de prestação de contas, e o que foi colocado como proposição é que seja encaminhado formalmente o relatório para os conselheiros, uma proposição seria uma agenda específica com essa unidade técnica junto ao Conselho para esclarecimento dos pontos monitorados, da fiscalização desses serviços que são tem como contrato de gestão ou contratualização na Secretaria de Saúde. Citou a fala da Conselheira Terezinha que foi pautada na questão das reuniões do Conselho, na falta de médicos, na recepção, que foi um ponto importante colocado por ela, e o desdobramento desse monitoramento para a sociedade, um papel também que pode ser ampliado pelo Conselho de Saúde. Citou a fala da Conselheira Solange, que reportou a questão da expertise dela enquanto servidora da Secretaria como ACS há19 anos, e o seu olhar pelo enfrentamento em relação ao trabalho dentro da estratégia de saúde da família, além da importância do fortalecimento da Atenção Primária na estruturação, tanto da rede física, que já foi colocado, mas na estruturação do serviço, de se ter realmente a Atenção Primária como foco ordenador, mas também de ter esse nível de atenção com olhar para a promoção e prevenção dentro desse modelo de atenção a ser estabelecido. Disse que isso também vem sendo pautado, a necessidade de reorganizar, até porque ficou bastante fragilizado pelo momento da pandemia, mas se tem ainda muitos desafios em relação acesso, em relação à assistência dessa população, e se forem colocados os cenários existe a questão sócio epidemiológica, sócio demográfica, questão social pela perda de emprego, o aumento da população SUS dependente, que abarca os serviços de saúde que já são fragilizados em relação a sua quantitativo. Disse que o ponto final, que é um ponto resumido, e que foi muito apontado, a capacitação de servidores, o acolhimento da atenção básica como ordenadora, as ações de fortalecimento dessa atenção primária, as políticas de saúde que não foram incluídas e que precisam ser incluídas dentro do Planejamento Distrital, do planejamento estratégico, olhar para os cenários epidemiológicos, sócio epidemiológicos, sócio demográficos para construção dos planos, e então se tem um momento ímpar de potencialização dessa construção, que é a construção do instrumento do próximo quadriênio, e a importância do olhar para o orçamento da saúde, integrando a outros atores para apoiar essa causa em relação ao aumento da saúde para que se consiga alcançar as metas que foram estabelecidas e as ações, também estratégicas, que necessitam de orçamento. Finalizou informando que tudo está anotado, acolhido, será iniciada a conversa com as áreas técnicas internamente e se aguardará o retorno do relatório da comissão para ancorar outros encaminhamentos que se fizerem necessários na Secretaria. Informou que encaminhará a apresentação pelo *WhatsApp* para a Secretária-executiva do CSDF, Andressa, e formalmente encaminhará a apresentação e o documento com a correção do ano por meio do processo SEI. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, lembrou que esta é uma reunião com pauta única, justamente para ser expositiva, para poder agregar o máximo de contribuições possíveis, para além do GT que já está instituído por Resolução e acompanhando de uma maneira rotineira durante todo esse ciclo de planejamento as Programações Anuais de Saúde. Conselheira **Rozangela** efetuou considerações. Disse que essa é uma reunião extraordinária para apresentação e esclarecimentos. Disse que, no seu entendimento, o processo está distribuído para o GT e este fará um Parecer e Resolução para a reunião de abril e, nesta reunião, apresentado o Parecer, cabe aos conselheiros pedir vistas ou não. Propôs que os conselheiros encaminhem ao CSDF sugestões referentes a PAS até o dia 06 de março de 2023, para discussão em reunião do GT no dia 09 de março de 2023, de forma presencial no CSDF. Disse que na reunião ordinária de abril, com a exposição do GT, caberia pedido de vistas. Conselheiro **Helvécio** apresentou questão de ordem. Citou legislação que diz que compete ao SUS intervir e controlar, além das demais assertivas. Disse que o pedido de vistas está definido no Regimento, mas este não pode extrapolar os limites de abrangência legal da matriz Constitucional. Questionou qual o papel do Controle Social. Disse não considerar, pelo Regimento, esse prazo do dia 06 de março, em absoluto. Disse que se tem dez meses pela frente para efetivamente se aplicar a PAS 2020-2023. Explicou que o pedido de vistas é para compor com a gestão a suficiência das ações apresentadas frente à realidade epidemiológica sanitária e os indicadores e determinantes sociais. Disse que fez uma fala à gestão no que se refere ao que está acontecendo em relação ao segmento dos trabalhadores, o tele trabalho e a questão da GTIT, o que impacta no comportamento do indivíduo, trabalhador da saúde, e o que se pretende é pactuar com a gestão e sanar esse ruído institucional

objetivando um melhor resultado para todos. Lembrou que o GT é um órgão acessório do Plenário, que ele não delibera e nem discrimina ou faz assertividade com relação à calendário. Disse que o conselheiro no Pleno tem toda a liberdade de expressão, indicação e reformulação quando necessário. Disse para se ter muito cuidado em tentar estabelecer uma postura hermética, administrativa e burocrática para o Controle Social. Solicitou à Presidente do CSDF que fizesse publicizar e exortar aos conselheiros a leitura da Resolução 474, de 29 de novembro de 2016, que resolve muitos problemas pertinentes que estão pendentes hoje por falta de memória institucional. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, discordou do Conselheiro Helvécio. Explicou que o Regimento interno vai ao encontro a todo o arcabouço constitucional ou de Lei Orgânica. Disse que não há nenhum tipo de discordância do que o Regimento prevê em relação a todas as outras normas do arcabouço jurídico que estão acima do Regimento. Disse que o pedido de vistas é legítimo e o que a Conselheira Rozangela trouxe foi uma proposta de encaminhamento considerando que a memória institucional mencionada pelo Conselheiro diz respeito também à Resolução vigente do ano de 2020 que compôs esse GT, e deu legitimidade para que ele fizesse o acompanhamento permanente de todos os instrumentos de planejamento que se sucederam ao Plano Distrital de Saúde que está vigente e cujo último mecanismo de acompanhamento é esta PAS que foi apresentada. Manifestou novamente discordância em absoluto do questionamento do Conselheiro Helvécio em ter divergência e, principalmente, de que não exista uma memória institucional. Disse que talvez esteja faltando ao Conselheiro a memória institucional do período posterior ao mencionado por ele, de Resoluções já antigas que compõem a história do Conselho, mas que ele está desprezando Resoluções posteriores à mencionada por ele, como é o caso desta Resolução que se está hoje fazendo seu exercício, de ter um grupo de conselheiros que acompanhe, de maneira exatamente a ter a memória institucional, todo o ciclo de planejamento. Disse que a Conselheira Rozangela tem o direto de dar a proposta de encaminhamento e será o Plenário que irá votar, por acolher a sua sugestão em estabelecer um calendário ou não e, uma vez não sendo acolhida a sugestão dela, de acordo com o Regimento, o pedido de vistas é legítimo, porém ele leva àquele requerente do pedido de vistas, no caso os Conselheiros Jefferson e Helvécio, que apresentem na reunião ordinária subsequente. Acrescentou que o próprio Conselheiro Helvécio pediu vistas ao RAG, que foi postergado de dezembro para a reunião ordinária de março, questionando como poderão ser analisados o RAG e a PAS em uma mesma reunião. Questionou ao Conselheiro Helvécio qual a sua intenção em reiteradamente pedir vistas a esses instrumentos inviabilizando um debate regular, contínuo e permanente deste Conselho a instrumentos tão importantes de gestão. Questionou se o Conselheiro Helvécio esqueceu que no seu pedido de vistas ao RAG ele postergou um debate Plenário e coletivo que seria feito em dezembro e, em razão do pedido de vistas, foi postergado para março. Disse que em razão dessa postergação a programação ficou postergada para abril. Ressaltou que há uma série de equívocos e é necessário encerrar com estes equívocos e ter uma responsabilidade com a população do DF. Disse que os instrumentos de planejamento são submetidos ao CSDF de legislação ampla, incluindo a Lei Complementar 101, e é necessário se ter também um compromisso e responsabilidade com o calendário, não se pode aceitar que o mecanismo do pedido de vistas venha a se tronar um puro e simples uso inadequado para se inviabilizar a real execução do calendário. Disse que não existe desrespeito do Regimento do CSDF a nenhuma norma, seja Constitucional, de Lei federal, de Lei Orgânica ou da própria Lei 4.604. Disse, em referência a sugestão do Conselheiro em relação ao tele trabalho e a GTIT,que a própria Dra. Simone ficou de levar à área técnica, lembrando que ela representa o conjunto de gestores, porém, dadas as 14 intervenções feitas, ela não pode falar em nome de nenhuma das áreas técnicas que subsidiaram o trabalho que foi apresentado por ela. Frisou que o Conselho tem o compromisso com a sociedade do DF e com todos os segmentos de usuários, gestores, trabalhadores e prestadores de serviços, a cumprir o seu papel. Disse que é muito preocupante se ficar postergando pois se tem condições de fazer um trabalho que cumpra calendários. Disse que esse uso, talvez indevido, das questões de ordem, precisa ser repensado, inclusive para a Comissão de Ética. Disse que está falando de calendários que repercutem inclusive nos debates das Conferências de Saúde, questionando se serão iniciadas Conferências de Saúde em março sem o Pleno ter finalizado a ação da análise do RAG. Questionou se serão iniciadas Conferências de Saúde com o calendário do Plenário não finalizando a avaliação da PAS. Considerou preocupante a situação e frisou que é responsabilidade de todos. Disse que o calendário precisa ser cumprido com responsabilidade. Disse que a proposta da Conselheira Rozangela foi de encaminhamento e será submetida ao plenário, assim como a proposta do Conselheiro Helvécio, do pedido de vistas. Conselheira **Rozangela** demonstrou indignação pois se faz uma fala e ela é completamente distorcida. Disse que todos sabem que o GT não é deliberativo, ele apresenta um Parecer e uma

Resolução para o Plenário do Conselho deliberar, e isso ocorrerá na reunião de abril. Disse que o GT tem que ter um prazo para receber propostas dos conselheiros para ele poder trabalha-las, solicitar esclarecimentos e fazer o Parecer e a Resolução para abril. Frisou a importância de se ter um calendário mínimo de organização. Propôs que os conselheiros façam as suas sugestões até o dia 06 de março para apreciação na reunião do GT no dia 09 de março. Opinou que o Plenário deveria votar contrário na questão do pedido de vistas pois não cabe vistas a uma apresentação, não está sendo deliberado o tema. Conselheiro **Jefferson** questionou se o Regimento o contempla em relação ao seu pedido de vistas. Disse que havia falado que iria apresentar na primeira reunião uma sugestão, parecer, opinião, uma ajuda, enfim, qualquer adjetivo que venha a ser denominado. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu ao Conselheiro. Explicou que o Regimento do CSDF, em seu art. 26, trata em relação ao ponto da pauta, mas a Conselheira Rozangela trouxe efetivamente a questão que hoje é uma apresentação, não é uma pauta deliberativa. Disse que isso nos traz a situação na qual o conceito do pedido de vistas fica em dúvida por não ser um ato deliberativo, não tem um parecer, votação, não tem deliberação do Plenário. Disse que em seu entendimento, após as considerações da Conselheira Rozangela, com a sugestão até mesmo de um calendário, muito provavelmente aplicar-se-á a este caso a deliberação em Plenário. Conselheira **Darly** efetuou comentários. Disse que, como membro do GT, entende que essa não é uma reunião deliberativa e ratifica a opinião da Conselheira Rozangela. Disse que no RAG 2021 o Conselheiro Helvécio pediu vistas em uma reunião deliberativa, mesmo sem ele ter participado de uma reunião presencial do GT, e isso atrasou uma proposta que se estava inclusive aprovando com ressalvas o RAG, mas era um direito que lhe assistia. Disse, porém, que nesse caso ela não entendeu qual a intenção do Conselheiro Helvécio em pedir vistas de um processo em que ele, Conselheiro Helvécio, faz parte do GT. Ressaltou que no dia 9 de março ocorrerá a reunião do GT e o Conselheiro Helvécio pode apresentar as suas propostas. Opinou que pedir vistas agora retardaria mais o processo. Declarou que iria votar a favor de que se tenha o calendário e que o GT se imponha. Disse que existe um GT formado que faz um acompanhamento bimestral, como já dito anteriormente. Opinou que é improcedente o pedido de vistas feito. Conselheiro **Helvécio** disse que ele não foi entendido na sua fala. Disse que em nenhum momento houve a intenção de procrastinar qualquer discussão. Disse que a pauta é a apresentação da PAS e que se reportou à SUPLANS e disse o dispositivo legal, a Lei geral específica e o dispositivo da Lei Orgânica. Disse novamente que não foi entendido e que parece haver uma prevenção referente a sua fala. Disse que o parecer do RAG 2020-2021, que foi colocado indevidamente nessa discussão, está disponível há mais de 15 dias aos conselheiros. Disse que, referente a questão presente, citou o dispositivo legal, o artigo 16 da Lei 4.604 e seus incisos e parágrafos, o dispositivo da Lei Orgânica, tão somente no que tange a suficiência das ações apresentadas pela gestão na PAS 20-23. Disse que, extemporâneo a esse quesito, fez a colocação do tele trabalho e da GTIT impactada no segmento de trabalhadores. Disse querer entender o porquê dessas divergências, essa percepção e ambiência diferenciada em sua fala. Disse que jamais poderá ser imputado a ele qualquer ato de procrastinar ou causar quaisquer danos ao Controle Social, pelo contrário, que a sua história fala por ele. Disse ter muito apreço por todos e muito respeito humano social por todos. Disse que não há litígio e sim um ruído na percepção em caráter institucional. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que não havendo litígio, e considerando a reunião ter uma pauta não deliberativa e sim expositiva, em relação à proposta para o estabelecimento de um calendário, que é primordial uma vez que se tem uma responsabilidade com outros calendários incluindo os orçamentários e, dentro desta condição onde trata-se de um caso omisso ao Regimento, que é o fato da reunião ser apenas expositiva, esclareceu que cabe a submissão ao Plenário dentro do encaminhamento que será, de uma lado se fazer a elaboração desse calendário minimamente delimitando para a reunião ordinária de março a submissão do RAG 2021 e a PAS 2023 ficando para a reunião ordinária de abril, de forma que nesse interim, já que não se tem nenhum tipo de litígio, e todas as contribuições de todos os conselheiros serão muitíssimo bem vindas ao GT que está vigente e que foi instituído legitimamente na reunião ordinária de 20 de abril de 2020, exatamente com a lógica de se ter um acompanhamento regular e permanente de todos os instrumentos. Esclareceu que conforme a Resolução 527, de 20 de abril, e o GT que vem trabalhando de lá até aqui, é fundamental que se consiga estabelecer minimamente o compromisso social de se ter um calendário, pois se sabe que a repercussão do plenário do Conselho em validar os instrumentos de gestão vai para além da atuação do Conselho, pois envolve também o calendário de Câmara Legislativa, das Conferências de Saúde e é preciso estabelecer minimamente uma cronologia de trabalho que atenda o que se espera do Conselho. Submeteu ao Plenário, considerando essa situação e uma vez que se está aplicando, como caso omisso do pedido de vistas, as questões que sejam afetas apenas a pauta expositiva e

não deliberativa, o art. 79 do Regimento, a proposta de encaminhamento com formação de calendário no qual é garantido para que a Mesa Diretora assegure a pauta de março com a apresentação do RAG 2021 e na pauta de abril a apresentação da PAS, estabelecendo o dia 6 de março para contribuição geral dos conselheiros e 9 de março reunião presencial do GT. Colocou em regime de votação nominal os que aprovam o calendário a ser cumprido pelo Conselho de Saúde em relação aos instrumentos de planejamento. Conselheiros(as) Carlos Wilson, sim; Darly Máximo, sim; Domingos de Brito, sim; Helvécio, sim; Isaires, sim; Jaira, sim; João Manoel, sim; Karine, sim; Lourdes Piantino, sim; Márcio da Mata, sim; Naythielle, sim; Raimundo Nonato, sim; Raimundo Ferreira, sim; Rozangela, sim; Sarah, sim; Solange, sim; Terezinha, sim. Anunciou que, por maioria de votos, com duas abstenções, do Conselheiro Rafael de Luna e da Conselheira Josiane, foi aprovado o estabelecimento de um calendário relacionado a apreciação, pelo Plenário, dos dois instrumentos de planejamento, o RAG 2021, compondo a pauta da reunião ordinária de março, e a PAS 2023 compondo a pauta da reunião ordinária de abril, de forma que, conforme previsto e instituído na Resolução 527 o GT responsável pelo acompanhamento desses instrumentos acolherá até 6 de março as contribuições de todos aqueles que desejarem compor contribuição ao parecer do grupo, bem como a realização da reunião presencial desse grupo em 9 de março. A 502ª RE foi encerrada às 12h35. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 28 de fevereiro de 2023.

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO PORTELA
Conselheira titular - Secretário de Estado de Saúde do DF

MARCOS PAULO FREIRE MALGUEIRO LOPES
Conselheiro titular – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Participativa e Relações Institucionais - ARINS

ARILENE DE SOUSA LUÍS
Conselheira titular – Assessora de Gabinete – GAB/SES

ELZA FERREIRA NORONHA
Conselheira suplente – Hospital Universitário de Brasília - HUB

CARLOS WILSON DE ANDRADE FILHO
Conselheiro suplente – Hospital da Criança de Brasília – José Alencar

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

SOLANGE PEREIRA DE SOUZA
Conselheira suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACS/DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA
Conselheiro titular – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal - SEDF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR
Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro titular – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

ROZANGELA FERNANDES CAMAPUM
Conselheira suplente – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

ISAIRES FLORENÇO DE SOUZA
Conselheiro suplente - Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACS/DF

JOSIANE ALVES JACOB
Conselheira titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE-DF

KARINE RODRIGUES AFONSECA
Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

PAULO MARTINS VIEIRA
Conselheiro suplente - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular – Associação e Casa do Hemofílicos do Distrito Federal

DOMINGOS DE BRITO FILHO
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal – MISMEC/DF

SARAH MARIA COELHO DE SOUZA
Conselheira suplente – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal – MISMEC/DF

JAIRA LEITE RAMOS
Conselheira suplente – Pastoral da Saúde do Distrito Federal

MARIA HERISLANI INOCENCIO LIMA
Conselheira titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/FCE/UnB

NAYTHIELLE LETÍCIA GUERRA DE SOUZA
Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/FCE/UnB

JOÃO MANOEL SANTOS ALCÂNTARA
Conselheiro titular – Associação de Aposentados Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal – ASAPREV/DF

RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares – CMP/DF

TEREZINHA DE JESUS PANTOJA HENRIQUE
Conselheira titular – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA

LOURDES CABRAL PIANTINO
Conselheira titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV